

VALORES, VERDADES E DERROCADA

Por Michael Brenner*



Zhuangzhuang/Getty.

Uma visão de mundo maniqueísta corresponde à autoimagem dos EUA, como filhos do Destino destinados a conduzir o mundo rumo à “liberdade” e “democracia”, cujos valores lhes permite impor a sua visão e designar Estados como “mocinhos” ou “bandidos”.

Toda retórica política gira em torno de palavras-chave ou frases que ressoam com o público e evocam imagens e símbolos profundamente arraigados. Para os americanos, as palavras mais poderosas são “democracia” e “liberdade”. Elas são usadas extensivamente em todas as comunicações públicas, sejam orais ou escritas. E são usadas de forma intercambiável. Pois, em nossas mentes, representam toda a experiência americana tal como foi assimilada ao longo de uma vida. A lendária experiência americana.

Essas duas palavras, banais para os mais cansados, tiveram um novo nascimento quando os Estados Unidos abraçaram a ideia de uma continuação da Guerra Fria entre “democracia” e “autocracia”. Objetivamente, é claro, é um código para a luta pela primazia global entre o hegemon reinante (os Estados Unidos) e o formidável desafio representado pela China e/ou Rússia. Essa realidade é expressa pelo acréscimo da expressão “segurança nacional”. Juntos, formam um triângulo de ferro doutrinar que cristaliza sentimentos dentro do país. No resto do mundo, o termo “ordem internacional baseada em regras” substitui “segurança nacional”. Esse grito de guerra cai quando o ferro se transforma em borracha no exterior.

O objetivo principal é traçar uma linha clara entre “nós” e “eles”. A primeira engloba as democracias liberais e aliadas da zona do Atlântico Norte, que figurativamente se estende aos países ANZUS, Japão e Coreia do Sul – juntos formando o Ocidente coletivo. O “eles” é formado pela China – sobretudo –, Rússia, Irã, Coreia do Norte e todos aqueles que demonstram afinidade com esses países ou que se opõem aos projetos e políticas do “Ocidente”. São considerados os “cães” das potências ameaçadoras: Venezuela, Cuba, Nicarágua, Síria, entre outras.

Por fim, há esta zona cinzenta, fluida e indistinta, ocupada pelos neutros e pelos descomprometidos. Os mais estratégicos desses “independentes” são Turquia, Índia, Brasil, Indonésia, Arábia Saudita, África do Sul, Argentina e Paquistão. O objetivo do governo Biden tem sido obter o máximo de apoio possível desses estados em questões de comércio, energia, finanças, embargos comerciais e boicotes. Antes da eclosão da crise ucraniana em fevereiro de 2022, o principal alvo dos Estados Unidos era a China. O foco estava em conter a crescente influência global da China, pois tal desenvolvimento representava uma ameaça multifacetada aos interesses nacionais de outros estados e à estabilidade global em geral.

Esta linha estratégica ganhou uma dimensão mais concreta com o início do confronto com a Rússia sobre a Ucrânia. Os líderes de Washington provocaram o conflito na esperança de infligir uma derrota político-econômica mortal à Rússia de Putin, eliminando-o como um jogador importante na grande equação de forças entre “nós” e “eles”. Eles agiram rápida e decisivamente para traçar uma “linha de sangue” irreversível entre a Rússia e os países europeus da OTAN/UE. Os diferentes governos do continente – de Londres a Varsóvia passando por Tallinn – alinharam-se entusiasticamente por trás dessa linha de demarcação. Essa demonstração instintiva de solidariedade é consistente com a dinâmica psicológica da relação dominante/subordinado que determinou o vínculo euro-americano nos últimos 75 anos. Está tão profundamente enraizado que se tornou uma segunda natureza para as elites políticas do velho continente.

A destruição por Washington do gasoduto Nord Stream 2 no Mar Báltico demonstrou que os Estados Unidos não hesitam em agir em desafio à soberania e aos interesses europeus. Este episódio extraordinário confirmou o compromisso sincero dos europeus em servir como governadores de província dos EUA em sua campanha total para impedir que China e Rússia desafiem sua hegemonia. Garantir a obediência do bloco econômico europeu é inegavelmente um grande sucesso estratégico para os Estados Unidos. O mesmo é verdade com o fim do acesso da Rússia ao investimento ocidental, tecnologia e ricos mercados. Mas são os europeus que estão pagando o preço mais alto. Na verdade, eles hipotecaram seu futuro econômico para participar do rompimento de todos os laços com uma Rússia agora implacavelmente antagônica, cuja energia abundante e recursos agrícolas têm sido um elemento-chave de sua prosperidade e estabilidade política.

Aos olhos do observador objetivo, os ganhos de Washington na Europa foram mais do que compensados pelo fracasso total de seu objetivo primário, que era enfraquecer seriamente a Rússia. A surpreendente resiliência econômica desta última (uma completa surpresa para os mal-informados planejadores ocidentais) deixou Moscou não apenas em pé, mas em posição mais saudável, graças a uma

série de reformas benéficas (especialmente no sistema financeiro) que são um bom presságio para o futuro. A guerra econômica desencadeada pelo Ocidente levou à aceleração do programa de reestruturação da Rússia, em grande parte não reconhecida pelos analistas em Washington, Londres e Bruxelas. O resultado para a Rússia é a redução de sua vulnerabilidade a pressões externas – como a fracassada campanha de sanções liderada pelos Estados Unidos – e o estabelecimento de uma nova teia de relações econômicas globais. A força da Rússia na concepção e fabricação de equipamentos militares, bem como seus abundantes recursos naturais, são uma contribuição decisiva para o poder do conjunto sino-russo, o que o torna um rival ainda mais formidável para o bloco americano.

As elites e a população americana acomodam-se facilmente à estrutura binária emergente do sistema internacional. Esta visão maniqueísta do mundo corresponde perfeitamente à imagem que o país tem de si mesmo, de um filho do Destino designado para conduzir o mundo rumo às luzes da liberdade e da democracia... as virtudes políticas desde a sua criação, qualquer partido que se lhes oponha se coloca no caminho de uma teleologia¹ inegável. Segue-se que uma entidade política que desafia a supremacia americana não é apenas uma ameaça hostil à segurança e ao bem-estar dos Estados Unidos, mas também é moralmente defeituosa. A depreciação justa de nossos inimigos facilmente se transforma em rotulá-los como a encarnação do “mal”.

Essa visão de mundo tem grandes implicações. As relações adversas são aceitas, a convivência é considerada antinatural e frágil, a diplomacia é desvalorizada e a negociação é como um jogo de pôquer mentiroso. O sucesso é definido como uma vitória que elimina o inimigo. Esta atitude foi reforçada pelos grandes acontecimentos do século XX: a derrota das Potências Centrais na Primeira Guerra Mundial, o esmagamento da Alemanha e do Japão na Segunda Guerra Mundial, o colapso da União Soviética e a evaporação do comunismo internacional. Certamente, esta visão ignora os episódios de imposição unilateral da vontade americana: invasão do México e confisco de seus territórios (século XIX), guerra hispano-americana (1898), inúmeras intervenções na América Central e no Caribe, etc. As cruzadas morais do século 20 facilitaram o apagamento desses eventos da memória coletiva e a preservação da crença na virtude inerente dos Estados Unidos.

A permanência dessa percepção explica por que os americanos aceitaram quase unanimemente que Rússia e China fossem designadas como inimigas por Washington, numa configuração semelhante à do século passado. Assim, a Rússia de hoje é vista como o avatar da União Soviética e a China como um perigo ainda mais ameaçador do que o Japão Imperial. Embora a realidade seja muito mais sutil e complexa, ela é ignorada para sustentar estereótipos que se ajustam convenientemente à identidade americana, à experiência subjetiva, às concepções

¹ Doutrina que identifica a presença de metas, fins ou objetivos últimos guiando a natureza e a humanidade, considerando a finalidade como o princípio explicativo fundamental na organização e nas transformações de todos os seres da realidade; teleologismo, finalismo (Dicionário Oxford).

filosóficas e à mitologia nacional. Assim, agimos com base em caricaturas grosseiras.

A Rússia é denunciada como uma tirania sob o domínio implacável do ditador Putin. Na verdade, Putin está à frente de um coletivo de líderes muito bem percebido pela população; seus escritos e discursos abundantes não mostram ambições agressivas e, apesar do rígido controle político da sociedade, a mídia e os blogueiros russos expressam uma maior diversidade de opinião sobre a Ucrânia do que nos Estados Unidos ou em qualquer lugar entre os aliados europeus. E especialmente muito mais do que na Ucrânia, onde foram impostos controles draconianos.

A China também é retratada em termos tão distorcidos e simplistas que se tornam quase caricaturais. A visão clara que os líderes de Pequim têm de sua proeminência na Ásia – e além – não tem nenhuma semelhança com a esfera de co-prosperidade que o Império do Japão queria estabelecer. Isso deveria ser óbvio para qualquer um que conheça um pouco da história da China ou pense em suas atividades atuais. No entanto, a Washington oficial – e quase toda a nossa comunidade de política externa – persiste em acusar a China de beligerância e hostilidade em relação ao Ocidente, mesmo quando o próprio Ocidente toma medidas agressivas ao desrespeitar o compromisso feito meio século atrás com o princípio de uma China, encorajando a independência de Taiwan. Essa visão distorcida leva o Pentágono a pedir um aumento maciço de forças navais na região do Indo-Pacífico, na esperança de que as grandes batalhas navais da Segunda Guerra Mundial sejam repetidas, enquanto os jogos de guerra computadorizados se tornaram uma verdadeira paixão.

Os esforços incansáveis para retratar a Rússia e, em menor medida, a China, como pecadores irremediáveis que se envolvem em atos criminosos que podem equivaler a crimes de guerra, expressam a tendência de os americanos de sempre julgar os outros com severidade. Esse moralismo compulsivo está enraizado na dimensão teológica do sentido particular de “excepcionalismo” dos EUA. Também serve a um propósito político porque ajuda a obter o apoio dos cidadãos a favor desta visão de “nós contra eles”, de um jogo de soma zero. A apresentação da situação atual na Ucrânia e na Rússia ilustra isso: um observador objetivo deve se esforçar para encontrar uma razão convincente para se trancar em uma posição tão rígida. Para as mentes de Washington, imbuídas de dogmas neoconservadores e preocupadas com a durabilidade de sua hegemonia mundial, a questão não se coloca porque lhes falta objetividade e visão.

A compulsão por estigmatizar o inimigo anda de mãos dadas com a de embelezar a dimensão democrática dos Estados apoiados por Washington. A Ucrânia é constantemente apresentada como defensora de valores políticos esclarecidos. Zelensky é aclamado como seu arauto e homenageado nos sagrados salões do Congresso e em outros lugares. No entanto, a realidade é bem diferente. A Ucrânia é um estado autoritário, famoso por sua corrupção. Todos os partidos, exceto os que apoiam o atual governo, são banidos; a mídia é totalmente controlada e só pode veicular propaganda; os escritórios dos grupos cívicos estão fechados e, sobretudo, neonazistas ou forças ultranacionalistas similares exercem uma influência desproporcional nos serviços de segurança e no poder. Alguns usam

corajosamente a insígnia nazista em seus uniformes e estátuas são erguidas em memória a Josef Bandera, o aliado de guerra da SS que liderou os assassinatos em massa de oponentes dos nazistas.

O poder das imagens retóricas é tal, e a necessidade de justificativa moral para um grande esquema político é tão forte, que essa realidade gritante é coletivamente sublimada.

Quando passamos da dimensão bipolar do sistema global emergente para uma compreensão mais ampla do cenário internacional e da diversidade da natureza dos Estados, a abordagem baseada em valores americanos para designar amigos e inimigos perde sua relevância. Até se torna uma verdadeira desvantagem.

De fato, os países não ocidentais não aceitam a pretensão dos Estados Unidos de encarnar a virtude política – em casa e no exterior – nem a demonização dos Estados com os quais mantém relações produtivas e pacíficas. Eles não baseiam suas decisões estratégicas no que Pequim faz ou deixa de fazer aos uigures em Xinjiang. Washington é, portanto, compelido a lançar seus apelos de lealdade em termos muito práticos e convencionais. Embora continue falando da luta “histórica” entre “democracia” e tirania, essa formulação não surte muito efeito em Ancara, Delhi, Brasília, Riad ou em outras capitais. Esses países são tudo menos bastiões da liberdade (Arábia Saudita); são dirigidos por pessoas que sofreram os efeitos perniciosos do apoio americano a oponentes antidemocráticos (Lula foi preso pela cabala autocrática de Bolsonaro, favorecida por Washington); eles mantêm relações estreitas com Moscou ou Pequim em questões de suma importância para eles (Erdogan na Turquia); ou, embora constitucionalmente democráticos, preferem aplicar suas regras apenas imperfeitamente (a Índia de Modi).

O caso da Índia é particularmente instrutivo. Os estrategistas dos EUA, planejando sua resposta à ascensão da China, presumiram que poderiam envolver a Índia em uma *Entente Cordiale* abrangendo Japão, Coréia do Sul, ANZUS e todos os outros países da região que poderiam convencer ou obrigar a se juntar a eles. Essa esperança sempre foi em vão, pelo menos para os analistas menos obcecados com a “irritação” que é a China. Embora as relações entre Delhi e Pequim tenham sido particularmente tensas desde a Guerra do Himalaia de 1962 e as elites da Índia estejam ansiosas por sua rivalidade com uma China em expansão, os líderes indianos estão empenhados em administrar isso, que se tornou um relacionamento mais complexo em seus próprios termos e por seus próprios meios. A Índia é um estado civilizacional (como a China) que nutre profundo ressentimento em relação ao Reino Unido e à forma como o *Raj* britânico subjugou, explorou e usou seus recursos para seus próprios fins estratégicos por 175 anos. A confiante Índia de hoje não tem intenção de servir como subordinada em uma perigosa campanha dos Estados Unidos para manter seu domínio na região asiática.

Além disso, quando se trata da Rússia, os dois países têm historicamente desfrutado de relações estreitas e mutuamente benéficas, tanto econômica quanto diplomaticamente. Portanto, não é surpreendente que Delhi tenha rejeitado o pedido do presidente Biden de aderir ao plano de Moscou de isolar e punir. Na

verdade, aconteceu exatamente o contrário. A Índia é agora o segundo maior comprador de petróleo russo, grande parte do qual é refinado e vendido no mercado internacional com um lucro considerável. Parte dele é para compradores da Europa Ocidental, incluindo o Reino Unido. Até os Estados Unidos compram o petróleo russo pesado de que precisam. O país se beneficia desse lucrativo boicote assim como a Arábia Saudita.

Portanto, ao contrário da retórica dos Estados Unidos e de seus aliados de que a Rússia foi isolada pela comunidade global, a verdade inconveniente é que até agora nenhum governo fora do Ocidente se juntou ao regime de sanções impostas pelos Estados Unidos. As afirmações implacáveis de que a Rússia é um pária global sofrendo de ostracismo e desprezo estão patentemente erradas. Elas só são aceitáveis na câmara de eco distorcida dos governos e da mídia ocidentais.

As distintas prioridades geoestratégicas e econômicas dessas potências “independentes” forçaram os Estados Unidos a reorientar sua abordagem e a elaborar uma retórica em relação a elas, diferente da usada pelo Ocidente em sua descrição da Rússia e da China. Então eles têm que pensar e se comunicar de duas maneiras diferentes, o que é um grande desafio. Não é que os Estados Unidos sejam estranhos ao jogo tradicional da *Realpolitik* e ao interesse nacional linha-dura; afinal, o fez em todo o mundo durante os quarenta anos da Guerra Fria. Mas não convence quando apresenta argumentos grosseiros e pressiona os Estados “independentes” a aderirem a uma causa que lhes apresenta riscos e lhes impõe custos tangíveis. Além disso, a maioria deles considera que a causa americana repousa sobre uma base capciosa, tanto ética quanto prática.

O inventário americano de instrumentos de encorajamento e coerção continua impressionante. No entanto, a vulnerabilidade das outras partes é reduzida por dois fatores que se reforçam mutuamente. A primeira é o valor de seus próprios ativos, seja petróleo, mercados e interdependência comercial em uma economia global altamente integrada, ou influência regional crítica em áreas sensíveis (vide Oriente Médio). A segunda diz respeito ao deslocamento do centro da atividade econômica global para a Ásia e a Eurásia. A China é de longe o maior centro manufatureiro do mundo. Sua importância supera a dos Estados Unidos e da UE. O papel crítico da Rússia como grande exportador de recursos energéticos e produtos agrícolas, destacado pelo caso da Ucrânia, significa que o alinhamento com as demandas dos EUA implica, para os estados que consentem, um preço intoleravelmente alto. Para outros, Washington pode aplicar sanções livremente contra aqueles que não respeitam sua vontade, e o faz. Ela mantém o controle sobre as transações financeiras via SWIFT – que atua como uma câmara de compensação monetária internacional – graças ao papel do dólar como moeda de transação global – que força os pagamentos e reservas de outros *players* internacionais a passarem pelos bancos dos EUA – e seu controle *de facto* sobre os empréstimos do FMI.

Essas alavancas de influência são usadas cada vez com mais frequência e de maneiras cada vez mais espetaculares. O caso mais marcante é o confisco arbitrário por Washington de reservas russas da ordem de 300 bilhões de dólares. Agora está sendo sugerido que os Estados Unidos poderiam se apropriar desse tesouro e dedicá-lo à “reconstrução” da Ucrânia. Existem precedentes: a

apreensão dos ativos financeiros do Irã, Afeganistão e Venezuela (neste último caso, em colaboração com o Banco da Inglaterra). Mas a ação unilateral contra a Rússia é de tal escala que levanta preocupações sobre as consequências para os americanos de abusar de seu papel monetário e sequestrar os ativos de qualquer estado que desafie Washington. Tal risco levou a Arábia Saudita e outros países a tomar medidas drásticas para reduzir suas grandes participações em instituições financeiras americanas. A consequente tendência à desdolarização ameaça um dos pilares sobre os quais repousa o domínio dos Estados Unidos sobre o mundo. É encorajado pelos planos já implementados pela China de criar um conjunto de instituições monetárias globais alternativas.

Estes desenvolvimentos recentes no campo monetário revelam uma grande falha no plano americano de fazer do “respeito pelas regras” um dos “valores” as chaves que lhes permite impor a sua visão de mundo e designar os Estados “mocinhos” e os “bandidos”. De fato, roubar os bens monetários de outro estado é uma violação de todas as regras, leis, normas e práticas comuns nas relações internacionais. A já escassa credibilidade da fórmula proposta por Washington não pode sobreviver a um unilateralismo tão flagrante e egoísta. Após a invasão ilegal do Iraque, que causou carnificina e foi acompanhada de tortura generalizada ordenada pela Casa Branca, é de se perguntar se os Estados Unidos não estariam melhor simplesmente reivindicando a razão de Estado sem invocar esses embelezamentos moralizantes.

Uma política externa guiada por dogmas, que confunde velhos modismos com ideias e cujas ambições grandiosas desafiam a realidade, está fadada ao fracasso. Duas perguntas, portanto, permanecem sem resposta. Qual é a amplitude dos danos – diretos ou colaterais – que causará quando falhar? A busca fanática do inacessível terminará em um cataclisma?

Publicado no [Cf2R](#).

****Michael Brenner** é professor emérito de Assuntos Internacionais da Universidade de Pittsburgh e membro do Centro de Relações Transatlânticas da SAIS/Johns Hopkins. Foi diretor do programa de relações internacionais e estudos globais da Universidade do Texas. Trabalhou no Foreign Service Institute, no Departamento de Defesa dos EUA e na Westinghouse. É autor de vários livros e artigos sobre política externa americana, teoria das relações internacionais, economia política internacional e segurança nacional.*
